

## STF INICIA JULGAMENTO SOBRE VENDA DAS REFINARIAS



O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) deverá julgar a partir desta sexta-feira (18), pedido das mesas da Câmara dos Deputados e do Senado para impedir a venda pela Petrobrás de suas refinarias. O julgamento ocorrerá no plenário virtual, estendendo-se até o dia 25 de setembro, e deve ter a participação dos 11 ministros. Os parlamentares alegam que, para vender as refinarias, a Petrobrás estaria fatiando ativos estratégicos em subsidiárias, cuja privatização não depende de decisão

dos parlamentares, visando “contornar” a decisão da Suprema Corte.

### Articulação

O coordenador do Sindipetro/MG, Alexandre Finamori, lembra que o pedido do Congresso foi articulado pelos representantes da categoria. Sendo um dos resultados da greve de fevereiro de 2020. “Essa ação solicitada pelo Congresso Nacional é resultado da greve forte realizada pelos petroleiros por 20 dias. Naquela época, nós fomos recebidos pelos presidentes das casas,

o deputado federal Rodrigo Maia e o senador Davi Alcolumbre. Portanto, se o STF pode dar uma decisão favorável para impedir a venda das refinarias, isso é resultado da mobilização de base que fez a nossa pauta ser ouvida”, afirma o coordenador. A partir dessa articulação, foi formada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobrás, envolvendo parlamentares de partidos que contemplam todo o espectro político do Congresso, para defender a empresa como elemento fundamental da soberania

e autonomia do Brasil

### Privatização

A petição que será julgada pelo STF cita as unidades de refino da Bahia (Rlam) e do Paraná (Repar), mas pode definir o rumo das oito refinarias que a empresa pretende vender, incluindo a Regap. Os principais interessados nessas vendas são fundos e grupos empresariais estrangeiros, ou seja, que explorariam a mão-de-obra e matéria-prima no Brasil, e enviariam os lucros para o exterior.

# É HORA DE DEFENDER A PETROBRÁS!



Sindicatos filiados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) assinaram na quarta-feira (16), o Acordo Coletivo de Trabalho com validade para os anos 2020-2022. No acordo, a Petrobras se compromete a não realizar nenhuma demissão sem justa causa pelo prazo de validade do acordo, até agosto de 2022, além de realizar em setembro de 2021, o reajuste salarial automático de 100% com base no INPC, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

A proposta que resultou no ACT foi aprovada em assembleias por todos os sindicatos da FUP, após um amplo e franco debate com a categoria, que envolveu setoriais, reuniões online e programas semanais ao vivo transmitidos pelo Youtube e pelas

redes sociais, ao longo dos últimos dois meses. Durante a assinatura do Acordo, o coordenador geral da FUP, Deyvid Baccelar, cobrou das gerências de Recursos Humanos da Petrobrás e das subsidiárias que o ACT seja estendido para os petroleiros e petroleiras que estão fora das bases da FUP e, portanto, com os direitos desprotegidos, em função da não assinatura do acordo.que alteraram as regras dos planos de saúde de empresas estatais.

O momento agora é de construção de novas frentes de luta contra as reformas herdadas do governo golpista de Temer e as que estão em curso, como a reforma administrativa, que impacta também os petroleiros.

# MINAS GERAIS LANÇA CAMPANHA #PETROBRASFICA

Nesta segunda-feira, 21, será lançada a campanha Petrobrás Fica em Minas. O objetivo é conscientizar a sociedade sobre a importância de manter a empresa no estado, e mostrar que os mineiros perdem com a privatização da estatal. A pauta ganha ainda mais importância diante do julgamento de STF sobre a venda das refinarias da Petrobrás.

O diretor Felipe Pinheiro explica que a campanha faz parte de uma articulação nacio-

nal, iniciada com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobrás, e está sendo articulada em todos os estados. “Em Minas, por meio do Comitê Mineiro em Defesa do Sistema Petrobrás, composto por várias entidades da sociedade civil, vamos iniciar essa campanha de redes sociais, articulação política e diálogo com a população mineira para engajar a sociedade contra a saída da Petrobrás em Minas”, afirma o diretor.

# APOIO À GREVE DOS CORREIOS

O Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de Minas Gerais (Sintect-MG) realizou nesta quinta-feira (18) mais um ato contra a retirada de direitos, na porta dos Correios Central, em Belo Horizonte.

O ato contou com o apoio do Sindipetro/MG,

da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais (CUT/MG), juntamente com outras centrais, movimentos sociais, lideranças políticas e partidos políticos de esquerda, que se uniram à luta que envolve toda a classe trabalhadora e a sociedade brasileira.